

**RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.
(Companhia Aberta)**

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2017
e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

KPMG Auditores Independentes

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A

(Companhia Aberta)

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório da Administração	1 – 9
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	10 – 13
Balanço patrimonial	14
Demonstração do resultado	15
Demonstração do resultado abrangente	16
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	18
Demonstração do valor adicionado	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras	20 – 57

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

Submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da RodoNorte Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (CCR RodoNorte), relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

1.2. Apresentação

A CCR RodoNorte é a Companhia responsável pela administração de 567 quilômetros de rodovias no Estado do Paraná, nos termos do Contrato de Concessão nº. 075/97 - onde consta como Poder Concedente o Estado do Paraná, por intermédio do DER/PR – Departamento de Estradas de Rodagem, por força do Convênio de Delegação nº. 006/96, firmado entre União (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER/ Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT) e o Estado do Paraná - a CCR RodoNorte é a concessionária de serviços públicos, cujas atividades estão voltadas à recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação e exploração de rodovias principais e a recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso, constantes do Lote 05, do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná. O Contrato de Concessão foi assinado em 14 de novembro de 1997.

A Concessão é dividida em dois trechos principais. O primeiro liga Curitiba à Apucarana e conecta Curitiba ao centro agrícola e industrial do norte do Paraná, onde se encontram cidades importantes como Londrina e Maringá. Esse trecho serve como uma via natural de escoamento até o porto de Paranaguá. O segundo trecho, que liga Ponta Grossa a Jaguariaíva, segue a rota nordeste no sentido de São Paulo.

O sistema abrange segmentos das rodovias BR 277 e BR 376, que ligam a capital Curitiba às principais cidades no Norte do Estado; segmento das rodovias PRC 373 e PR 151, entre Ponta Grossa e Jaguariaíva, além de segmento da BR 373, entre Ponta Grossa e a saída para o norte do Paraná e Foz do Iguaçu. Compõe também o Lote de rodovias administradas segmentos das rodovias: PR 092, PR 151, PR 239, PR 813, PR 340 e PR 090 (trechos rodoviários de acesso), vicinais às rodovias principais.

Desde o início da Concessão, inúmeras obras, serviços e melhorias foram implantadas ou estão em execução no sistema viário administrado pela CCR RodoNorte, ampliando as condições de segurança e conforto para motoristas e passageiros, trazendo mais proteção para pedestres, e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades por onde atua. A CCR RodoNorte disponibilizou os serviços de assistência aos usuários (SOS Usuário), na área da Concessão, prestando o serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários das rodovias. Desde abril de 1998, a CCR RodoNorte disponibiliza o novo modelo em prestação de serviços, oferecendo mais tranquilidade, conforto e segurança para quem trafega pelas rodovias sob sua responsabilidade.

A responsabilidade pela coordenação das unidades do SOS Usuário, que estão distribuídas ao longo das rodovias, é do Centro de Controle Operacional (CCO), localizado na sede da Companhia, em Ponta Grossa. As sete bases operacionais (SOS Usuário) estão estrategicamente localizadas ao longo das rodovias de forma a permitir agilidade e rapidez no atendimento a todas as ocorrências, em qualquer ponto da estrada e 24 horas ininterruptamente.

No decorrer do exercício de 2017 ocorreu a manutenção, a conservação e o melhoramento das rodovias, conforme determinado pelo cronograma de investimentos do Contrato de Concessão. Desde o início da concessão (1998) até 2017, atendendo as obrigações contratuais, a CCR RodoNorte vem realizando os programas de reconstrução e manutenção das rodovias, contemplando inclusive a

restauração de todo o sistema rodoviário que integra o Lote (732 quilômetros equivalentes/pista com duas faixas); além do reforço e alargamento de 67 obras de arte especiais (pontes e viadutos). Foram duplicados 78 quilômetros de rodovias e implantadas: 12 novas passarelas, 3 quilômetros de vias marginais, 97,3 quilômetros de terceiras faixas e 282 quilômetros de novos acostamentos. No que tange às edificações operacionais foram construídos 6 postos de pesagem, 7 bases operacionais de atendimento (base SOS Usuário) e 3 novos postos da polícia rodoviária. Todas as obrigações previstas no Contrato de Concessão nº. 075/1997, firmado com o Estado do Paraná, estão sendo devidamente cumpridas.

Com o volume diário médio de 14.394 mil veículos em 2017, a CCR RodoNorte é a maior das seis concessionárias do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

1.3. Destaques do Ano de 2017

Índices Operacionais

Em 2017, a CCR RodoNorte conquistou importantes índices de desempenho operacional, no que se refere às questões que envolvem a segurança viária. Houve a redução dos seguintes índices de acidentes (2017 x 2016):

- - 11% no índice de acidentes com feridos;
- - 2% no índice de acidentes com mortos.

2. Desempenho Econômico e Financeiro

2.1. Mercado

O agronegócio é um importante segmento econômico para o fator de crescimento do tráfego nas rodovias administradas pela CCR RodoNorte; a influência deste setor, contribui significativamente para o desempenho da Concessionária.

2.2. Desempenho CCR Rodonorte

Em R\$ mil	2017	2016	Var. %
Receita líquida	1.052.600	842.842	24,89%
Receita de pedágio	750.911	678.638	10,65%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	354.552	211.589	67,57%
Outras receitas	14.093	13.112	7,48%
(-) Deduções da receita bruta	-66.956	-60.497	10,68%
(-) Custos e despesas (a)	-676.523	-494.925	36,69%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	-354.552	-211.589	67,57%
Demais custos e despesas	-321.971	-283.336	13,64%
(-) Resultado financeiro líquido	-42.329	-46.034	-8,05%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	-107.171	-100.971	6,14%
Lucro líquido	226.577	200.912	12,77%
(+) Resultado financeiro líquido	42.329	46.034	-8,05%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	107.171	100.971	6,14%
EBIT (b)	376.077	347.917	8,09%
Margem EBIT	35,73%	41,28%	-13,45%
Margem EBIT ajustada (c)	53,88%	55,12%	-2,25%
(+) Depreciação/amortização	142.299	96.397	47,62%
EBITDA (b)	518.376	444.314	16,67%
Margem EBITDA	49,25%	52,72%	-6,58%
(+) Provisão de manutenção (d)	41.973	58.690	-28,48%
EBITDA ajustado	560.349	503.004	11,40%
Margem EBITDA ajustada (e)	80,27%	79,68%	0,74%
Dívida bruta (f)	660.671	433.971	52,24%
Investimentos	459.993	258.868	77,69%
Veículos e equivalentes	90.278	85.072	6,12%

(a) Custos e despesas: custo dos serviços prestados + custo de construção + despesas gerais e administrativas.

(b) Calculados de acordo com a Instrução CVM 527/12.

(c) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais.

(d) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.

(e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

(f) Dívida Bruta: somatória dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e de longo prazos (líquidos dos custos de transação).

2.2.1. Receita operacional bruta (excluída a Receita de Construção)

O ano de 2017 foi um ano positivo para o movimento de veículos. Na categoria de pesados, o fluxo intenso foi consequência do escoamento das principais commodities do agronegócio, soja e milho, que tiveram um grande salto com relação a 2016, em termos de produção e exportação. O tráfego comercial da concessionária registrou um crescimento anual de 6,78%. Na categoria de leves, o crescimento foi de 3,73% em 2017. O ano foi influenciado principalmente pelo efeito calendário positivo, devido ao deslocamento de dias de feriado, que propiciaram o número maior de viagens no ano. O crescimento da economia do Brasil também traz reflexo para o setor de passeio, bem como, a melhoria nos índices de desemprego e renda. O tráfego total de veículos equivalentes da concessionária teve um crescimento de 6,12% em comparação a 2016.

Reajustes de tarifas de pedágio

Conforme o Contrato de Concessão nº. 075/97, assinado entre o Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Estradas e Rodagem – DER, e a CCR RodoNorte (cláusula XIX – do reajuste da tarifa básica), a tarifa de pedágio foi reajustada em 3,24%, no dia 1º. de dezembro de 2017, com base na variação acumulada dos índices de reajuste da fórmula paramétrica, determinada contratualmente.

2.2.2 Custos Totais

Os custos totais apresentaram um aumento de 37% em relação a 2016, perfazendo R\$ 676.523 no ano de 2017. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 354.552 mil, um aumento de 68% com relação a 2016. Esse incremento se deve as novas frentes de trabalho de Duplicação da BR 376 e da PR 151, em andamento.
- Os custos e despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 142.299 mil no ano de 2017. O crescimento de 48% decorre dos investimentos que entraram em operação.

2.2.3 Resultado Financeiro

No ano de 2017, as operações financeiras da Companhia geraram um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 42.329 mil, comparado a um resultado negativo de R\$ 46.034 mil em 2016. A variação do resultado financeiro reflete a liquidação antecipada de um empréstimo estrangeiro no mês de dezembro/2017. Além da variação negativa, em comparação a 2016, de índices financeiros, como o CDI.

2.2.4 Lucro Líquido

Em 2017, o lucro líquido atingiu R\$ 226.577 mil.

2.2.5 Dívida

Em setembro de 2017 foi realizada a 6ª emissão de debêntures da Companhia, no valor de R\$ 390.000 mil. Foram emitidas 390 debêntures de valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 distribuídas em duas séries. Na primeira série, foram alocadas 220.000 mil debêntures, com taxa 106,5% CDI e prazo de 3 anos. A segunda série teve 170.000 mil debêntures, com taxa IPCA + 4,4963%, e vencimento em 4 anos.

2.2.6 Investimentos

No ano de 2017, em continuidade ao programa de manutenção rodoviária, foram concluídas manutenções em 125,82 km de rodovias, com a recomposição das condições do pavimento e da sinalização, proporcionando mais conforto e segurança aos usuários. Nesse programa, foi efetuada ainda a recuperação de 3 (três) terraplenos.

Importantes obras para o desenvolvimento do Estado estão atualmente em andamento na rodovia duplicação da BR 376, km 449+500 ao km 456+000, km 441+000 ao km 449+500, km 431+000 ao km 441+000, km 382+095 ao km 388+156, km 348+980 ao km 350+440, km 350+440 ao km 352+590, km 352+590 ao km 354+000, km 265+200 ao km 269+600, km 260+200 ao km 265+200, viaduto I-09 no km 244+000, km 243+000 ao km 247+300, km 247+300 ao km 249+000, km 249+000

ao km 250+340, km 250+340 ao km 254+000 e duplicação na rodovia PR 151, km 215+900 ao km 223+000 e km 242+000 ao km 257+000, ou seja, são 77,52 km de rodovias e implantação/ampliação de 10 viadutos/pontes em andamento.

Por fim, visando dar continuidade às obras de melhoria e ampliação da capacidade das rodovias pertencentes ao Lote administrado por esta Concessionária, a CCR RodoNorte iniciou e está atualmente elaborando, para a posterior análise do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR, o projeto de mais 40 km de duplicação da rodovia BR 376 e PR 151.

3. Estratégia e Gestão

3.1 Governança Corporativa

A CCR Rodonorte é uma sociedade por ações assim formada: (i) a Cesbe Participações S.A. (“Cesbe”) que detém 8,08% do seu capital social; (ii) a Porto de Cima Concessões S.A., pertencente ao Grupo J.Malucelli (“Grupo JMalucelli”) que detém 6,00% do seu capital social; e (iii) a CCR S.A. (“CCR”), que detém 85,92% do seu capital social, sendo que a CCR é a sua controladora.

A gestão da CCR RodoNorte, fundamentalmente, está estruturada em dois grupos:

- Conselho de Administração: integrado por representantes das empresas acionistas, com a participação dos diretores da Companhia, que acompanham o desempenho da Companhia e traçam os grandes projetos;
- Comitê de Gestão: formado pelo Diretor Presidente, Diretor Operacional e principais gestores da Companhia. Cabe ao Comitê operacionalizar as atividades da empresa e suas relações com os clientes - os usuários das rodovias, as comunidades localizadas nas áreas de abrangência das rodovias administradas, as Polícias Rodoviárias Estadual e Federal, o DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, o DER/PR – Departamento de Estradas de Rodagem e os Acionistas.

O cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia é exercido pelo Sr. Jose Alberto Moraes Rego da Souza Moita. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rua Afonso Pena, nº 87, Ponta Grossa, Estado do Paraná e no endereço eletrônico www.rodonorte.com.br/ri. O Sr. Jose Alberto Moraes Rego da Souza Moita pode ser contatado pelo e-mail relacoescominvestidores-rodonorte@grupoccr.com.br.

Outras informações da Companhia podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM.

3.2. Gestão de pessoas

Servindo a uma região com mais de 3 milhões de habitantes, a CCR RodoNorte oferece empregos diretos e indiretos numa contribuição bastante valiosa para o desenvolvimento das comunidades onde atua. Um dos mais destacados efeitos sociais do regime de concessão é a elevada geração de empregos proporcionada. Hoje a Companhia gera 578 empregos diretos e 989 terceirizados e contribui para o desenvolvimento dos municípios cortados pelas rodovias sob sua administração.

Os benefícios vão além: emprego gera renda, que por consequência, incrementa a economia de todas as regiões beneficiadas direta e indiretamente pelo processo de modernização das rodovias, aumentando a arrecadação de impostos e proporcionando melhoria da qualidade de vida.

Além dos empregos e da renda gerada, destacamos outro benefício: a qualificação. Em 2017, foram

1.913 horas de treinamento, sendo 380 horas em treinamentos presenciais e 1220 horas em treinamentos online realizados por meio de plataforma corporativa de desenvolvimento.

As qualificações técnicas e/ou comportamentais foram voltadas para a ambientação de novos colaboradores e aperfeiçoamento profissional, em diversos módulos, dentre eles: Atendimento ao Cliente, Atendimento Pré-Hospitalar, Capacitações nos módulos do Sistema SAP; Atendimento ao Cliente; Conduta Profissional, Desenvolvimento de Líderes, Formação de Cipeiros, Formação e Reciclagem de Brigada de Incêndio, Normas para Trabalho em Altura, Produtos Perigosos, Programa de Integridade e Conformidade, Reciclagem de Normas e Procedimentos de Trabalho relacionados à área Operacional/Atendimento, e Segurança nas Praças de Pedágio.

4. Sustentabilidade

Desde sua estruturação, em 1998, a Companhia tem o objetivo de criar e compartilhar valor com os acionistas, a sociedade, os colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento, considerando os impactos econômicos, sociais e ambientais de seus negócios. Por isso, incorpora continuamente as melhores práticas de governança e de gestão da sustentabilidade, de forma transversal, em todos os modais que administra.

Anualmente, em seu site, a Companhia divulga o Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS), de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e do Conselho Internacional para o Relato Integrado (IIRC), padrões internacionalmente reconhecidos para a prestação de contas do desempenho em sustentabilidade. As informações que atendem aos protocolos e diretrizes da GRI são verificadas por empresa externa, a partir de um processo que envolve a avaliação dos dados, dos processos e sistemas de gestão e das evidências apresentadas.

Em 2017, o RAS passou a estar em conformidade com a GRI Standards, a mais atual norma global para a comunicação dos impactos e benefícios socioambientais dos negócios. Antes disso, em 2016, a Companhia conduziu um novo estudo de materialidade que permitiu (i) identificar os temas da sustentabilidade mais importantes para a tomada de decisão dos stakeholders e (ii) priorizar os temas com abordagem específica para os modais em operação.

Na divulgação de seu desempenho, a Companhia, convidada para fazer parte do grupo de empresas *frontrunners* do Relato Integrado, busca evidenciar como sua estratégia de atuação gerar valor em seis diferentes tipos de capitais, propostos pelo IIRC: (i) financeiro; (ii) natural; (iii) humano; (iv) manufaturado; (v) intelectual; e (vi) social e de relacionamento. Dessa maneira, acionistas, organizações do setor financeiro, analistas de mercado e outros públicos têm acesso a informações mais completas e abrangentes sobre os impactos positivos proporcionados pelo modelo de negócios.

Além da prestação de contas, a atuação sustentável da Companhia é reforçada por meio da adesão a compromissos voluntários de âmbito global. A Companhia é signatária do Pacto Global desde 2011, responde voluntariamente aos questionários da plataforma *Carbon Disclosure Project* (CDP) e contempla, na definição de sua estratégia, as contribuições de seus negócios para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Primeira Companhia listada no segmento Novo Mercado da B3, em 2002, a Companhia atualmente compõe as carteiras do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), que reconhecem as organizações com melhor desempenho na gestão de aspectos econômicos e socioambientais.

Desde 2014, o Instituto CCR é responsável por centralizar a gestão dos projetos e das iniciativas que contribuem para o desenvolvimento social, nos municípios de atuação das empresas controladas pela CCR S.A. Os investimentos são realizados com recursos próprios e de incentivos fiscais (Lei Rouanet,

Lei de Incentivo ao Esporte, Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundos Municipais do Idoso). Para conhecer os projetos desenvolvidos, acesse www.institutoccr.com.br.

A Companhia também possui parcerias estratégicas com organizações alinhadas aos seus valores e que contribuem para o desenvolvimento sustentável. Entre esses parceiros estão o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e a *Childhood* Brasil, que combate o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

4.1 Gestão da Sustentabilidade

Em 2017, além das obras realizadas e serviços prestados nas rodovias sob sua administração, a CCR RodoNorte também destinou recursos e investiu em diversos programas de impacto positivo na comunidade, principalmente nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, esporte e cultura, além de uma série de outras iniciativas que contribuíram para a formação educacional e profissional, a conscientização ambiental e a cidadania.

A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2017 ocorreram diversos treinamentos, destacando-se: Programa de Treinamento com Lideranças, Programa de Integridade e Conformidade e o Programa Aprimorando, que busca conscientizar e desenvolver a liderança, com foco nas pessoas. Além da disseminação da Visão, Valores e Crenças da Companhia, promovendo melhorias no atendimento aos usuários.

A CCR RodoNorte realiza coleta seletiva em todas as suas unidades operacionais, em 2017 foi realizada a coleta seletiva de mais de 1.159,91 toneladas de lixo, sendo 708,27 toneladas recicladas. Quanto aos recursos energéticos, a CCR Rodonorte destaca que todas as lâmpadas são de LED, visando a redução do consumo de energia elétrica.

No último ano a Concessionária iniciou um projeto sobre a utilização do gás natural como combustível em seus veículos, por meio da implantação deste sistema de abastecimento em um veículo teste. O objetivo deste projeto é a redução da emissão de gases nocivos na atmosfera, considerando que o GNV emite em média 20% menos poluentes do que a gasolina. Atualmente, o estudo de viabilidade encontra-se em andamento.

Os projetos de duplicação de rodovias, elaborados para a CCR RodoNorte, procuram seguir premissas que minimizem ou mitiguem os impactos ambientais gerados na implantação das obras. Um exemplo destas medidas é a reutilização do material granular, proveniente da estrutura de pavimentos a serem demolidos, devido à execução das obras. O material existente é analisado tecnicamente e então, utilizado em outras frentes de trabalho como material de reforço ou fundação. Tal medida diminui tanto o impacto na extração de recursos naturais de pedreiras, como na emissão de gases poluentes no meio ambiente, visto que devido à reutilização as distâncias de transporte são reduzidas.

É possível conhecer mais sobre os projetos socioambientais da CCR Rodonorte no endereço eletrônico www.institutoccr.com.br. Ainda, a concessionária realiza campanhas internas incentivando seus colaboradores a redução do consumo de água e energia bem como na geração de resíduos.

4.3 Reconhecimentos e Prêmios

Selo Clima Paraná

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná (SEMA) com o apoio da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) premiou em 2017 as empresas participantes do Selo Clima Paraná, certificação oferecida para as companhias que aderiram ao registro público de emissões de gases de efeito estufa. A CCR RodoNorte recebeu o **Selo Ouro**, demonstrando compromisso com a

gestão de carbono, processo indispensável para o controle de emissões e resíduos, além do uso adequado de água e energia.

Selo Social Ponta Grossa

Em 2017, a CCR RodoNorte recebeu O Selo Social de Ponta Grossa, um programa que visa certificar as empresas e órgãos governamentais localizados no Município de Ponta Grossa que atuem em consonância com a legislação vigente, cumprindo regularmente suas obrigações fiscais, e que pratiquem as Responsabilidades Sociais, Interna e Externa.

Prêmio 40 + Ponta Grossa

O projeto “40+” da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa premia as empresas e pessoas que contribuem para o desenvolvimento da economia do município e que apoiam nas áreas de Esporte, Cultura, Meio Ambiente, Turismo e Assistência Social. No ano de 2017 a CCR RodoNorte foi premiada em duas categorias: “Maiores Contribuintes no Recolhimento de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza” e “Reconhecimento pelos Investimentos no Esporte, Turismo, Cultura, Assistência Social e Meio Ambiente”.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e parceiras pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos nossos colaboradores pelo profissionalismo e dedicação em suas atividades.

5.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3 Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

5.4 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Ponta Grossa, 20 de fevereiro de 2018.

A Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da,
RodoNorte - Concessionária da Rodovia Integradas S.A.
Ponta Grossa – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da RodoNorte - Concessionária da Rodovia Integradas S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RodoNorte - Concessionária da Rodovia Integradas S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº1, que descreve que a Companhia é parte em diversas ações judiciais movidas pelo Governo do Estado do Paraná referentes ao processo de encampação e desapropriação. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Contingências passivas

Conforme notas explicativas nº 1 e 15 a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos aos processos, requer julgamento profissional da Companhia. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o

reconhecimento e divulgações relacionadas às contingências passivas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos a suficiência das provisões para contingências reconhecidas e dos valores das contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados na metodologia de mensuração da Companhia, considerando ainda a avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos, bem como efetuamos o envio de cartas de circularização aos advogados externos e realizamos o cruzamento entre os relatórios de contingências e as respostas das cartas de circularização. Efetuamos a comparação entre a nossa avaliação de probabilidade de êxito das principais teses fiscais e a da Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza, exposição, valores provisionados ou divulgados relativos as principais contingências que a Companhia está envolvida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração das provisões e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras comparativas da RodoNorte - Concessionária da Rodovia Integradas S.A. (Companhia) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 3 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou,

de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação à administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

Balço patrimonial

em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	88.191	103.040	Empréstimos e financiamentos	13	-	4.743
Aplicações Financeiras		28.584	-	Debêntures	14	4.139	2.086
Contas a receber	7	36.126	34.182	Fornecedores	12	31.800	24.222
Contas a receber - partes relacionadas	9	12	7	Fornecedores - partes relacionadas	9	62.770	19.006
Impostos a recuperar		3.042	3.152	Imposto de renda e contribuição social		24.023	47.981
Despesas antecipadas e outras		695	1.238	Impostos e contribuições a recolher		11.664	7.247
Total do ativo circulante		156.650	141.619	Obrigações sociais e trabalhistas		6.826	6.929
				Obrigações com o poder concedente		5.092	7.112
Não circulante				Contas a pagar com operações de derivativos	20	-	15.492
Realizável a longo prazo				Provisão de manutenção	16	69.576	85.849
Impostos diferidos	8b	16.833	23.487	Outras contas a pagar		3.245	3.450
Contas a receber com operações de derivativos	20	-	1.915	Total do passivo circulante		219.135	224.117
Depósitos judiciais e outros créditos		479	677	Não circulante			
Total do ativo não circulante		17.312	26.079	Empréstimos e financiamentos	13	-	173.046
				Debêntures	14	652.403	254.096
Imobilizado	10	17.416	23.775	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15	2.025	2.021
Intangível	11	965.362	739.730	Provisão de manutenção	16	38.814	65.405
Total do ativo não circulante		1.000.090	789.584	Outras obrigações		114	-
				Total do passivo não circulante		693.356	494.568
Total do ativo		1.156.740	931.203	Patrimônio líquido			
				Capital social	17	200.208	174.093
				Reservas de lucros	17	44.041	38.425
				Total do passivo e patrimônio líquido		244.249	212.518
						1.156.740	931.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	18	1.052.600	842.842
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(354.552)	(211.589)
Provisão de manutenção	16	(41.973)	(58.690)
Depreciação e amortização		(140.547)	(94.694)
Custo com poder concedente		(17.351)	(14.835)
Serviços		(33.926)	(35.356)
Custo com pessoal		(28.214)	(27.230)
Materiais, equipamentos e veículos		(9.655)	(9.379)
Outros		(3.500)	(3.731)
		<u>(629.718)</u>	<u>(455.504)</u>
Lucro bruto		422.882	387.338
Despesas operacionais			
Despesa com pessoal		(12.001)	(9.647)
Serviços		(15.727)	(14.233)
Materiais, equipamentos e veículos		(636)	(543)
Depreciação e amortização		(1.752)	(1.703)
Campanhas e Eventos Promocionais		(5.520)	(3.078)
Editais e Publicações		(635)	(499)
Incentivo Fiscal		(2.538)	(2.794)
Multas Indedutíveis		(984)	(1.770)
Ressarcimento ao Usuário		(1.892)	(1.545)
Aluguel de Imóveis e Condomínios		(567)	(532)
Outros		(4.222)	(4.000)
		<u>(46.474)</u>	<u>(40.344)</u>
Outros resultados operacionais		<u>(331)</u>	<u>923</u>
Resultado antes do resultado financeiro		376.077	347.917
Resultado financeiro	19	<u>(42.329)</u>	<u>(46.034)</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		333.748	301.883
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8	<u>(107.171)</u>	<u>(100.971)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>226.577</u>	<u>200.912</u>
Lucro líquido por ação ordinária em R\$	17g	0,10293	0,09340
Lucro líquido por ação preferencial em R\$	17g	0,10396	0,09340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.
(Companhia aberta)
Demonstração do resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	226.577	200.912
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>226.577</u>	<u>200.912</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros					Total
		Capital social	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2016		151.001	19.526	6.576	40.059	-	217.162
Distribuição de dividendos em 27 de abril de 2016		-	-	-	(40.059)	-	(40.059)
Aumento de capital em 16 de dezembro de 2016		23.092	(19.526)	-	-	-	3.566
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	200.912	200.912
Destinações:							
Reserva legal		-	10.046	-	-	(10.046)	-
Reserva estatutária		-	-	1.004	-	(1.004)	-
Dividendos intermediários em 17 de novembro de 2016		-	-	-	-	(169.063)	(169.063)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	20.799	(20.799)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		174.093	10.046	7.580	20.799	-	212.518
Distribuição de dividendos em 26 de abril de 2017	17e	-	-	-	(20.799)	-	(20.799)
Aumento de capital em 13 de dezembro de 2017	17a	26.115	(10.046)	-	-	-	16.069
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	226.577	226.577
Destinações:							
Reserva legal	17b	-	11.329	-	-	(11.329)	-
Reserva estatutária	17c	-	-	1.133	-	(1.133)	-
Dividendos intermediários em 27 de outubro de 2017	17e	-	-	-	-	(177.650)	(177.650)
Juros sobre o capital próprio em 21 de dezembro de 2017	17f	-	-	-	-	(12.466)	(12.466)
Reserva de retenção de lucros	17d	-	-	-	23.999	(23.999)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>200.208</u>	<u>11.329</u>	<u>8.713</u>	<u>23.999</u>	<u>-</u>	<u>244.249</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.
(Companhia aberta)
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	226.577	200.912
Ajustes por		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.654	(16.026)
Depreciação e amortização	142.299	96.397
Baixa do ativo imobilizado e intangível	1.501	217
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	1.415	(30.876)
Juros e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e financiamentos	32.605	23.449
Capitalização de custo de empréstimos	(7.517)	(927)
Resultado de operações com derivativos (<i>fair value option</i>)	11.521	52.142
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	4.218	2.538
Constituição da provisão de manutenção	41.973	58.690
Ajuste a valor presente da provisão manutenção	14.997	14.832
Variações Cambiais s/Fornecedores estrangeiros	(15)	(2)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1	887
	476.229	402.233
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(1.945)	(31.375)
Contas a receber - partes relacionadas	(5)	31.690
Impostos a recuperar	110	693
Despesas antecipadas e outras	741	10
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	7.593	5.671
Fornecedores - partes relacionadas	312	318
Obrigações sociais e trabalhistas	(103)	(36)
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	101.974	115.644
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(121.515)	(113.211)
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(4.214)	(2.452)
Obrigações com o poder concedente	(2.020)	891
Pagamento da provisão de manutenção	(99.834)	(36.628)
Outras contas a pagar	(91)	(17)
	357.232	373.431
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Outros de ativo imobilizado e intangível	3.574	874
Aquisição de ativo imobilizado	(5.491)	(8.180)
Adições ao ativo intangível	(310.187)	(209.785)
Aplicações financeiras	(28.584)	-
	(340.688)	(217.091)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de operações com derivativos	(25.687)	(21.988)
Empréstimos, financiamentos e debêntures:		
Captações	387.131	98.890
Pagamentos de principal	(178.420)	(57)
Pagamentos de juros	(19.571)	(12.615)
Dividendos pagos	(210.915)	(209.122)
Aumento de capital	16.069	3.566
	(31.393)	(141.326)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(14.849)	15.014
Demonstração de aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	103.040	88.026
No final do exercício	88.191	103.040
	(14.849)	15.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração do valor adicionado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receitas			
Receita de pedágio	18	750.911	678.638
Receita de construção	18	354.552	211.589
Outras receitas		21.610	14.039
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(354.552)	(211.589)
Provisão de manutenção	16	(41.973)	(58.690)
Custos dos serviços prestados		(62.762)	(61.612)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(34.259)	(29.293)
Valor adicionado bruto		633.527	543.082
Depreciação e amortização		(142.299)	(96.397)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		491.228	446.685
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	19	69.781	105.073
Valor adicionado total a distribuir		561.009	551.758
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		25.190	22.529
Benefícios		8.540	8.160
FGTS		1.215	1.185
Outras		246	237
Tributos			
Federais		141.233	131.869
Estaduais		116	111
Municipais		38.251	34.529
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		118.554	151.187
Aluguéis		1.087	1.039
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos e juros s/ capital próprio	17	190.116	169.063
Lucros retidos do exercício		36.461	31.849
		561.009	551.758

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

- **Constituição e objeto**

A Companhia foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objetivo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração do lote n.º 5 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, com um total de 567,8 quilômetros, mediante cobrança de pedágio, inclusive prestando serviços de socorro médico, serviços de guincho e reboque de veículos, serviços de informação ao usuário e demais atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, durante o prazo de 24 anos, ou seja, até 27 de novembro de 2021.

O lote n.º. 5 é constituído pelas rodovias: (i) BR-376, entre Apucarana e São Luís do Purunã, passando por Ponta Grossa; (ii) BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba; (iii) PR-151, entre Jaguariaíva e Ponta Grossa; e (iv) pelos trechos rodoviários de acessos àquelas rodovias.

O contrato de concessão do lote, não oneroso, prevê a obrigação de realização de investimentos.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 24 de junho de 1998, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de dezembro.

- **Outras informações relevantes**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

- i. **Anulação de aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002)**

A ação n.º 2005.70.00.007929-7, movida pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – (DER/PR), visa a anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o Contrato de Concessão. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa, que já foi julgada definitivamente sem resolução de mérito. Em 07 de março de 2014, foi deferido novo prazo de suspensão do feito pelo prazo de 180 dias, diante da possibilidade de acordo entre as partes. Encerrado o prazo de suspensão do feito, o processo retomou ao seu curso normal e atualmente encontra-se em fase de instrução. Em 07 de junho de 2017, as partes se manifestaram concordando com a transação efetuada pela Concessionária Rodovias Integradas do Paraná S/A (Viapar) e pela Concessionária de Rodovias do Norte S/A (Econorte) com os autores. Acordo foi homologado, tendo a sentença extinguido o processo sem resolução do mérito, relativamente à Viapar e à Econorte. Com relação à RodoNorte, o processo segue o seu curso normal e encontra-se em fase de instrução.

- ii. **Processo de encampação**

Em 4 de julho de 2003, foi publicada a Lei n.º 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a Companhia, nos termos da legislação e contrato de concessão.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia propôs a ação judicial nº 2003.34.00.028316-4 em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o DER/PR com o propósito de impedir a encampação da concessão. Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. O processo encontra-se em fase de instrução.

iii. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da RodoNorte. Em razão disso, os acionistas e a Companhia ajuizaram a ação nº 2004.34.00.001399-6 em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, uma medida liminar suspendeu a eficácia do referido decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (no STJ em 05 de maio de 2004; no pleno do STJ em 06 de maio de 2004 e na corte especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o decreto nº 2.462/04. O processo atualmente está concluso, aguardando prolação da sentença.

iv. Procedimentos administrativos e Ações Judiciais sobre pavimento

O DER/PR expediu autos de infração contra a RodoNorte, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A RodoNorte apresentou defesa, alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos. O DER/PR não acolheu a defesa e aplicou multas no valor aproximado de R\$ 16.000. A RodoNorte ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. O processo encontra-se na fase de instrução.

Em dezembro de 2004, o DER/PR abriu processo administrativo (Portaria nº 732/2004-DER-PR) para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão.

A RodoNorte ingressou com duas ações judiciais, sendo uma (2005.34.00.001966-1) para declarar a nulidade da Portaria nº 732/2004-DER/PR a qual indevidamente instaurou processo administrativo para o fim de decretar a caducidade do contrato de concessão, e a outra (2005.34.00.004587-6) para declarar a inexistência das infrações invocadas pela Portaria, alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar na primeira ação para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas. Ambos os processos permaneceram suspensos por dois anos, período em que as partes mantiveram tratativas para um acordo nas referidas ações. Em razão do tempo decorrido, a ação que trata da nulidade da Portaria nº 732/2004-DER/PR foi julgada extinta, tendo sido interposto recurso de apelação em

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 de julho de 2013, que aguarda julgamento.

Com relação à segunda ação, que trata da inexistência das infrações invocadas na Portaria, foi deferida a produção de prova pericial de engenharia. Antes que a perícia tivesse início, em 18 de novembro de 2016, foi publicada a decisão que determinou a suspensão do processo. O processo permanece suspenso.

v. Redução de tarifa - receita maior

O DER propôs a ação civil pública nº 2007.70.00.005416-9, em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a RodoNorte auferiu receitas alternativas e financeiras superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização tempestiva de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. A Justiça Federal não se reconheceu competente para julgar a causa, contra o que foi interposto recurso pela Companhia e ao qual foi dado provimento. Foi mantida a competência da Justiça Federal, em virtude da União e DNIT serem partes no processo. Proferida sentença em primeira instância e acórdão em segunda instância pela extinção da ação sem julgamento do mérito. O DER apresentou recursos aos tribunais superiores, que aguardam o juízo de admissibilidade.

vi. Prorrogação/Extensão do Contrato de Concessão e Convênio de Delegação

O Ministério Público Federal de Jacarezinho/PR propôs Ação Civil Pública (nº 5002208-05.2015.4.04.7013) em face da União, Estado do Paraná, DER/PR, RodoNorte, e demais Concessionárias do Paraná, alegando que as partes estariam pretendendo prorrogar os Convênios de Delegação celebrados entre a União e o Estado do Paraná e os Contratos de Concessão celebrados entre o Estado do Paraná e as Concessionárias, sem a respectiva licitação, o que acarretaria dano aos direitos dos consumidores e à moralidade administrativa. A liminar foi concedida para que: i) a União se abstenha de qualquer ato de renovação dos referidos Convênios de Delegação com a finalidade de atender à proposta do DER e do Estado do Paraná de prorrogar os atuais contratos; ii) o DER, o Estado do Paraná e as Concessionárias se abstenham de firmar qualquer acordo de prorrogação do prazo de vigência dos atuais contratos de concessão sem a realização de procedimento licitatório. As rés apresentaram recurso ao Tribunal Regional Federal (TRF) contra a liminar concedida. O recurso da RodoNorte foi julgado em 08 de junho de 2016, tendo sido provido parcialmente para: (i) dar provimento ao pedido de cassação da liminar concedida; e (ii) negar provimento ao pedido de reconhecimento da incompetência do juízo de Jacarezinho/PR. Em 12 de agosto de 2016, a RodoNorte interpôs recurso especial contra o não acolhimento da incompetência do juízo de Jacarezinho. O recurso da RodoNorte não foi conhecido pelo STJ. Porém, em 26 de setembro de 2017, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu provimento aos recursos especiais das demais concessionárias e DER, reconhecendo a incompetência do juízo de Jacarezinho e determinando a remessa do processo para a comarca de Curitiba/PR.

vii. Lei 13.103/2015

Em 16 de abril de 2015, a Rodonorte divulgou Comunicado ao Mercado, informando que

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a partir da 00h do dia 17 de abril de 2015, acatando ao previsto na Lei nº 13.103/2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 03 de março de 2015, regulamentada pela Resolução nº 002, de 15 de abril de 2015, da Agência Reguladora do Paraná – Agepar, deixou de cobrar as tarifas de pedágio relativas aos eixos suspensos dos caminhões que trafegam pelas rodovias sob sua administração. Informou ainda que a perda de receita decorrente da referida medida legal é passível de reequilíbrio contratual, nos termos das normas que regem a concessão.

Em 04 de setembro de 2015, a Rodonorte divulgou novo Comunicado ao Mercado informando que, acatando ao previsto na Resolução nº 004, de 1º de setembro de 2015 da Agepar, que revogou a Resolução nº 002, de 15 de abril de 2015, retornou a cobrar as tarifas de pedágio relativas aos eixos suspensos dos caminhões que trafegam pelas rodovias sob sua administração. Informou ainda que a perda de receita no período de vigência da Resolução nº 002/15, revogada pela Resolução nº 004/15, deverá ser reequilibrada, nos termos do contrato e das normas que regem a concessão.

Os acionistas e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis ao contrato de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

b) *Receitas de serviços*

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é determinado pela evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) *Instrumentos financeiros*

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício, exceto quanto à porção efetiva das variações no valor justo do derivativo.

- Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 20 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

- Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica limitada ao prazo de concessão. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) *Ativos intangíveis*

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefício econômico estimado.

- Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “o”

h) *Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)*

- Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

n) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido do exercício e a média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

o) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura – (ICPC 01 - RI)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

p) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

q) Novas Normas e Interpretações ainda não efetivos

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada destas normas.

Até o momento não se identificou impactos materiais que possam afetar as reservas ou lucros acumulados, mas possivelmente ocorrerão impactos em termos de novas divulgações e formas de apresentação, que estão em fase de maior detalhamento.

O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018, baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018, podem ser diferentes, pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Uma avaliação mais detalhada do impacto esperado decorrente destas normas está resumida abaixo.

IFRS 15/CPC 47 – Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15 / CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e a CPC 30 / IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

Com base em sua avaliação, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30 / IAS 18 e CPC 17 / IAS 11), em relação ao reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01 / IFRIC 12, já reconhecidas hoje de forma desagregada. Contudo espera-se que as notas explicativas às Demonstrações Financeiras venham a ser ampliadas.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia planeja adotar a IFRS 15 / CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15 / CPC 47, referentes ao período comparativo apresentado.

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

- Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos.

- Redução no valor recuperável (*Impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo sobre seus ativos financeiros.

- Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia considera que o seu caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes e, portanto, não espera reconhecimentos materiais de *impairment* na adoção do CPC 48 / IFRS 9 neste quesito.

- Classificação - Passivos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA; e
- O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A avaliação preliminar da Companhia não indicou impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

- Contabilidade de *hedge*

Na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* do CPC 38 / IAS 39 em vez dos novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9. A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9.

O CPC 48 / IFRS 9 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que este, aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. O CPC 48 / IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de *hedge* e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*. De acordo com o novo modelo, é possível que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um *hedge* de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de *hedge*. Atualmente, a Companhia não realiza *hedge* de tais componentes de risco.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com a IFRS 9, para *hedges* de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados a compras previstas de ativos não-financeiros, os valores acumulados na reserva de *hedge* de fluxo de caixa e na reserva de custo de *hedge* serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não-financeiro, quando este for reconhecido. Prática que já é realizada pela Companhia.

Os tipos de relações de contabilidade de *hedge* que a Companhia atualmente designa atendem aos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9 e estão alinhados com a estratégia e objetivo de gerenciamento de risco da entidade.

- Divulgações e Transição

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- Os novos requerimentos de contabilidade de *hedge* devem ser aplicados prospectivamente.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. É efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá sua adoção por parte da Companhia.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia, que na data destas Demonstrações Financeiras são imateriais e, portanto, não divulgados em nota explicativa. Consequentemente, não se espera que a adoção da IFRS 16 afete nossa capacidade

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, financiamentos e debêntures.

Entretanto, o impacto dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- ICPC 21 / IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

Com relação à IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 20 de fevereiro de 2018, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)
- 8b Impostos diferidos
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 15 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários
- 16 Provisão de manutenção
- 20 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação, é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros e/ou de moeda

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Riscos de taxas de juros e inflação;
- c) Riscos de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia, sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da London Interbank Offered Rate (Libor), (2) Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); CDI relativo às debêntures; e (3) IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13, 14 e 20.

As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos
Debêntures (a)	5.400	159.645	220.000	275.626
Fornecedores e outras contas a pagar	35.045	144	-	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	62.770	-	-	-

(a) valores brutos do custo de transação

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixas e bancos	5.928	4.844
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>82.263</u>	<u>98.196</u>
	<u>88.191</u>	<u>103.040</u>

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras foram remuneradas, à taxa média de 99,32% do CDI, equivalente a 9,83% ao ano (98,93% do CDI, equivalente a 13,78% ao ano em 31 de dezembro de 2016).

7. Contas a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	3.596	3.582
Pedágio eletrônico – outros (b)	33.423	31.492
	<u>37.019</u>	<u>35.074</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(893)</u>	<u>(892)</u>
	<u>36.126</u>	<u>34.182</u>
Não Circulante		
Receitas acessórias (a)	<u>2.118</u>	<u>2.118</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(2.118)</u>	<u>(2.118)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

Idade de Vencimento dos Títulos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Créditos a vencer	36.086	34.154
Créditos vencidos até 60 dias	40	28
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	892
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>3.011</u>	<u>2.118</u>
Total de contas a receber	<u>39.137</u>	<u>37.192</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão.
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Companhia e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		(Reclassificado)(*)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	333.748	301.883
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(113.474)	(102.640)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(1.319)	(1.566)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(317)	(207)
Incentivos relativos ao imposto de renda	3.756	3.405
Juros sobre o capital próprio	4.238	-
Outros	<u>(55)</u>	<u>37</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(107.171)</u>	<u>(100.971)</u>
Impostos correntes	(100.517)	(116.997)
Impostos diferidos	<u>(6.654)</u>	<u>16.026</u>
	<u>(107.171)</u>	<u>(100.971)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>32%</u>	<u>33%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		(Reclassificado)(*)
Bases ativas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	39.478	80.678
Constituição da provisão de manutenção	36.854	51.426
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.024	1.024
Variação cambial	1.021	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	688	686
Provisão para participação nos resultados (PLR)	649	748
Provisão para Fornecedores	<u>3</u>	<u>74</u>
	<u>79.717</u>	<u>134.636</u>
Bases passivas		
Variação cambial	-	(10.496)
Ganhos de operações com derivativos	-	(11.631)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	<u>(62.884)</u>	<u>(89.022)</u>
	<u>(62.884)</u>	<u>(111.149)</u>
Ativo diferido líquido	<u>16.833</u>	<u>23.487</u>

(*) Reclassificação da abertura entre linhas para melhor apresentação.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Saldo de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

	Transações			Saldos	
	Serviços Prestados	Intangível	Receitas	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora					
CCR	5.674 (a)	-	-	12 (g)	447 (a)
Outras partes relacionadas					
CPC	10.453 (b)	1.647 (b)	-	-	1.065 (b)
Cesbe	-	-	-	-	97 (c)
Camargo Corrêa S.A.	-	-	-	-	1.142 (c)
Construtora Andrade Gutierrez	-	-	-	-	1.291 (c)
J.Malucelli	-	166.044 (d)	-	-	32.106 (d)
Serveng	-	90.261 (e)	-	-	26.616 (e)
MSvia	-	-	-	-	6 (f)
Total circulante, 31 de dezembro de 2017				12	62.770
Total, 31 de dezembro de 2017	16.127	257.952	-	12	62.770
Total circulante, 31 de dezembro de 2016				7	19.006
Total, 31 de dezembro de 2016	15.584	95.011	5.399	7	19.006

Despesas com profissionais chave da administração

	2017	2016
Remuneração (g):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.753	1.689
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	728	557
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	540	273
Previdência privada	110	104
Seguro de vida	4	4
	3.135	2.627

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remuneração dos administradores (g)	907	727

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 11 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria da Companhia no montante de R\$ 2.800, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- c) Retenções de parte das verbas de mobilização das empresas que foram responsáveis pela execução das obras de recuperação inicial da concessão, em função da postergação dos investimentos no cronograma contratual;
- d) Prestação de serviços por empreitada a preço global de obra de duplicação da Rodovia BR-376, compreendendo a construção de nova pista e recuperação da pista existente (RodoNorte), com vigência até 25 de junho de 2021;
- e) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, cujos pagamentos ocorrem até o 10º dia do mês seguinte;
- f) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; e
- g) Contempla valor total a pagar de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

10. Ativo imobilizado

Movimentação do custo

	2016		2017			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.074	-	(182)	29	-	2.921
Máquinas e equipamentos	7.533	-	(392)	517	(50)	7.608
Veículos	13.331	-	(1.543)	5.993	(3.524)	14.257
Instalações e Edificações	126	-	-	-	-	126
Equipamentos operacionais	29.566	-	(888)	704	-	29.382
Imobilizações em andamento	6.167	5.596	(896)	(7.946)	-	2.921
	<u>59.797</u>	<u>5.596</u>	<u>(3.901)</u>	<u>(703)</u>	<u>(3.574)</u>	<u>57.215</u>

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 105 em 2017 (R\$ 25 em 2016). A taxa média de capitalização em de 2017 foi de 1,84% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,23% a.a. em 2016.

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2016		2017	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(1.984)	(246)	155	(2.075)
Máquinas e equipamentos	11	(5.002)	(801)	329	(5.474)
Veículos	25	(9.136)	(2.194)	1.314	(10.016)
Instalações e Edificações	6	(34)	(16)	-	(50)
Equipamentos operacionais	13	(19.866)	(2.934)	616	(22.184)
		<u>(36.022)</u>	<u>(6.191)</u>	<u>2.414</u>	<u>(39.799)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
- (b) Obrigação com o Poder concedente (DER), verba da polícia Rodoviária.

11. Ativos intangíveis

Movimentação do custo

	2016		2017		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências(a)	
Direitos de exploração da infraestrutura	1.241.432	360.989	(37)	-	1.602.384
Direitos de uso de sistemas informatizados	7.721	62	-	703	8.486
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.086	-	-	-	1.086
	<u>1.250.239</u>	<u>361.051</u>	<u>(37)</u>	<u>703</u>	<u>1.611.956</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 7.412 em 2017 (R\$ 902 em 2016). A taxa média de capitalização em 2017 foi de 1,84% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,23% a.a. em 2016.

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2016		2017	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(503.002)	(135.552)	23	(638.531)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(6.421)	(556)	-	(6.977)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(1.086)	-	-	(1.086)
		<u>(510.509)</u>	<u>(136.108)</u>	<u>23</u>	<u>(646.594)</u>

(*) Amortização pela curva do benefício econômico.

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	24.400	18.060
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	52	55
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>7.348</u>	<u>6.107</u>
	<u>31.800</u>	<u>24.222</u>

(a) Refere-se principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Empréstimos e financiamentos

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Em moeda nacional				
Alfa S.A. (Finame)	5,50% a 7,7% a.a.	Junho de 2017	-	30 (b)
Subtotal em moeda nacional			<u>-</u>	<u>30</u>
Em moeda estrangeira				
1. Merrill Lynch (a)	LIBOR 3M + 1,50% a.a.	Março de 2018	-	177.759 (c)
Subtotal em moeda estrangeira			<u>-</u>	<u>177.759</u>
Total geral			<u>-</u>	<u>177.789</u>
Circulante				
Empréstimos e financiamentos			<u>-</u>	<u>4.743</u>
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos			<u>-</u>	<u>176.046</u>

(a) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação foi protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia mensurou esta operação ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 20 para maiores detalhes).

Garantias:

- (b) Garantia real.
- (c) Não existem garantias.

A seguir especificamos as principais condições e garantias vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas foram cumpridas regularmente.

Em 14 de agosto de 2015, foi firmado contrato de financiamento com o Bank of America em moeda estrangeira (dólar norte-americano) com liberação no dia 15 de setembro de 2015, através da Lei nº

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4131/1962, no montante de USD 53.999 mil, equivalente a R\$ 190.000, com vencimento em 15 de março de 2018, remunerado à Libor de 3 meses + 1,50% a.a. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap*, trocando a remuneração da dívida por 105,50% do CDI. Em 13 de dezembro de 2017, ocorreu a liquidação total do financiamento.

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em		2017	2016
				2017	Vencimento final		
1. 4a Emissão - Série 1	IPCA +5,691% a.a.	5,8502% (a)	1.254	502	Outubro de 2019	160.942	156.254 (c)
2. 5a Emissão - Série 1	IPCA +6,06% a.a.	6,3483% (a)	1.186	959	Novembro de 2021	102.891	99.928 (d)
3. 6a Emissão - Série 1	106,50% do CDI	0,2334% (b)	1.576	1.491	Novembro de 2020	221.386	- (d)
4. 6a Emissão - Série 2	IPCA + 4,4963% a.a.	4,6804% (a)	1.218	1.177	Novembro de 2021	171.323	- (d)
Total geral				<u>4.129</u>		<u>656.542</u>	<u>256.182</u>
						2017	2016
Circulante							
Debêntures						5.400	2.534
Custos de transação						(1.261)	(448)
						<u>4.139</u>	<u>2.086</u>
Não Circulante							
Debêntures						655.271	255.496
Custos de transação						(2.868)	(1.400)
						<u>652.403</u>	<u>254.096</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias:

- (c) Não existem garantias.
(d) Garantia real.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2017</u>
2019	159.645
2020	220.000
2021	<u>275.626</u>
	<u>655.271</u>

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas investidas possuem contratos financeiros, como debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

A seguir especificamos as principais condições e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- a. Em 09 de outubro de 2014, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, em série única e não conversíveis em ações, com valor nominal de R\$ 130.000, não podendo ser facultativamente resgatadas.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos em parcelas semestrais, no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano, com o primeiro pagamento em 15 de abril de 2015 e o último na data de vencimento, sendo o principal amortizado no vencimento da operação, em 15 de outubro de 2019. As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios 5,691% a.a. sobre o valor atualizado.

O principal critério para o vencimento antecipado é distribuição de dividendos, pela emissora, em valor superior ao mínimo legal caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4 vezes.

- b. Em 15 de novembro de 2016, ocorreu a 5ª emissão de debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real, enquadradas na Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria nº 607/2016 do Ministério dos Transportes, com valor nominal total de R\$ 100.000 e vencimento em 15 de novembro de 2021.

Com uma remuneração de IPCA + 6,06% a.a., os juros serão pagos semestralmente e o principal no vencimento.

Entre as principais cláusulas de restrição a emissora obriga-se a não distribuir dividendos caso o índice Dívida Líquida / EBITDA seja maior de 4,0, apurado semestralmente.

Poderá ocorrer resgate antecipado da totalidade das debêntures após 4 anos a partir da data de emissão, mediante pagamento de prêmio, conforme fórmula constante da escritura de emissão, e não poderão ser objeto de amortização extraordinária facultativa.

As debêntures contam com obrigação de depósito e garantia real, que obriga a Companhia a depositar mensalmente em conta vinculada, ao longo dos 6 últimos meses de vigência das debêntures, o equivalente a 1/6 do valor do principal atualizado, por meio de depósito. Caso, durante a vigência das debêntures, o prazo contratual da concessão seja estendido em, no mínimo, 1 ano, a obrigação da RodoNorte de depositar recursos na referida conta vinculada deixará de se aplicar, e a garantia será liberada.

- c. Em 18 de setembro de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional real, sendo a 2ª série enquadrada sob a Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria Ministério dos Transportes, todas integralizadas em 25 de outubro de 2017.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A 1ª série, com valor de R\$ 220.000 tem remuneração de 106,50% do CDI, vencimento em 15/11/2020, pagamento de juros semestral e pagamento de principal no vencimento e poderão ser facultativamente resgatadas totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, sem prêmio.

A 2ª série, com valor de R\$ 170.000, tem remuneração de IPCA + 4,4963% a.a., vencimento em 15/11/2021, pagamento de principal no vencimento e poderão ser resgatadas antecipadamente após 4 anos a partir da data de emissão, mediante pagamento de prêmio, conforme fórmula constante da escritura de emissão, e não poderão ser objeto de amortização extraordinária facultativa.

Entre as principais cláusulas de restrição a emissora obriga-se a não distribuir dividendos caso o índice Dívida Líquida / EBITDA seja maior de 4,0, exceto se a Emissora optar por contratar e apresentar previamente ao agente fiduciário, carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada.

As debêntures contam com obrigação de depósito e garantia real, que obriga a RodoNorte a depositar mensalmente em conta vinculada, ao longo dos 6 últimos meses de vigência das debêntures, o equivalente a 1/6 do valor do principal atualizado, por meio de depósito. Caso, durante a vigência das debêntures, o prazo contratual da concessão seja estendido em, no mínimo, 1 ano, a obrigação da RodoNorte de depositar recursos na referida conta vinculada deixará de se aplicar, e a garantia será liberada.

15. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciários.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2016		2017		Atualização monetária	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos		
Não circulante						
Cíveis e administrativos	569	1.650	(189)	(1.477)	464	1.017
Trabalhistas e previdenciários	1.452	741	-	(1.355)	170	1.008
	<u>2.021</u>	<u>2.391</u>	<u>(189)</u>	<u>(2.832)</u>	<u>634</u>	<u>2.025</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos nas esferas cíveis e trabalhistas, nos montantes de R\$ 749 e R\$ 633, respectivamente em 2017 (R\$ 1.438 e R\$ 208 na esfera cível e trabalhista respectivamente em 2016).

A Companhia possui outros passivos relativos a questões cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS não determinam sua contabilização.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Cíveis e administrativos	94.530	89.006
Trabalhistas e previdenciários	441	366
	<u>94.971</u>	<u>89.372</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 2017 é de R\$ 514.

16. Provisão de manutenção

	<u>2016</u>		<u>2017</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	85.849	68.840	14.721	(99.834)	69.576
Não circulante	65.405	(26.867)	276	-	38.814
	<u>151.254</u>	<u>41.973</u>	<u>14.997</u>	<u>(99.834)</u>	<u>108.390</u>

As taxas anuais de 2016 e 2017, para cálculo do valor presente, foram de 13,93% e 7,77%, respectivamente.

17. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 13 de dezembro de 2017, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, no valor de R\$ 26.115, mediante utilização de saldo da conta de “Reserva Legal”, no montante de R\$ 10.046 e integralização em moeda corrente do País no montante de R\$ 16.069, sem a emissão de novas ações, passando o capital social da Companhia de R\$ 174.093 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 200.208 em 31 de dezembro de 2017, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 2.186.726.544 ações nominativas, sendo 728.908.848 ordinárias e 1.457.817.696 preferenciais.

Acionistas	Participação acionária	2017		Capital Social Integralizado
		<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Ações Preferenciais</u>	
CCR S.A.	85,93%	626.351.373	1.252.702.746	172.039
Porto de Cima Concessões S/A.	5,99%	43.661.640	87.323.280	11.992
Cesbe Participações S/A.	8,08%	58.895.835	117.791.670	16.177
Total		<u>728.908.848</u>	<u>1.457.817.696</u>	<u>200.208</u>

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Reserva estatutária

É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Estatuto da Companhia, até o limite de 10% do capital Social.

d) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2017, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), conforme Proposta da Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2018, previamente à deliberação sobre a destinação de resultados.

A proposta de orçamento de capital está justificada, substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

e) Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 25 de abril de 2017, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 20.799 correspondentes a R\$ 9,51140 por lote de 1.000 ações à conta de reservas de retenção de lucros, pagos em 26 de abril de 2017.

Em 26 de outubro de 2017, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 177.650 correspondentes a R\$ 0,08123 à conta de lucros acumulados do período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 a 30 de setembro de 2017, pagos em 27 de outubro de 2017.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2017 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Lucro líquido do exercício	226.577
(-) Constituição de reserva legal	(11.329)
(-) Constituição de reserva estatutária	(1.133)
Lucro líquido ajustado	<u>214.115</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>53.529</u>
Dividendos intermediários pagos	<u>177.650</u>

f) Juros sobre capital próprio

Em 21 de dezembro de 2017, foi aprovado em Ata da reunião do conselho de administração, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 12.466, relativo ao lucro do exercício que foram pagos em 22 de dezembro de 2017.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Lucro por ação básico e diluído

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	226.577	200.912
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	728.908.848	717.040.527
Média ponderada de ações preferenciais	<u>1.457.817.696</u>	<u>1.434.081.052</u>
Média ponderada total de ações	2.186.726.544	2.151.121.579
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$	0,10293	0,09340
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$	0,10396	0,09340

18. Receitas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas de pedágio	750.911	678.638
Receitas de construção (ICPC 01)	354.552	211.589
Receitas acessórias e administrativas	<u>14.093</u>	<u>13.112</u>
Receita bruta	1.119.556	903.339
Impostos sobre receitas	(66.192)	(59.786)
Devoluções e abatimentos	<u>(764)</u>	<u>(711)</u>
Deduções das receitas brutas	(66.956)	(60.497)
Receita líquida	<u><u>1.052.600</u></u>	<u><u>842.842</u></u>

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	(24.150)	(13.675)
Variação monetária sobre debêntures	(9.719)	(9.944)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(23.209)	(29.138)
Perda com operações de derivativos	(45.172)	(73.153)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(14.997)	(14.832)
Capitalização de custos dos empréstimos	7.517	927
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	(826)	(10.249)
Variações Cambiais s/Fornecedores estrangeiros	(3)	(4)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(1.551)	(1.039)
	<u>(112.110)</u>	<u>(151.107)</u>
Receitas Financeiras		
Variação cambial sobre empréstimo e financiamentos	21.794	60.014
Variação monetária sobre debêntures	1.264	170
Ganho com operações de derivativos	33.062	27.571
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	1.415	3.689
Rendimento sobre aplicações financeiras	12.063	12.682
Variações Cambiais s/Fornecedores estrangeiros	18	6
Juros e outras receitas financeiras	165	941
	<u>69.781</u>	<u>105.073</u>
Resultado financeiro	<u>(42.329)</u>	<u>(46.034)</u>

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2017			2016		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	110.847	-	-	98.196	-	-
Contas a receber	-	36.126	-	-	34.182	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	12	-	-	7	-
Contas a receber com operações de derivativos	-	-	-	1.915	-	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional	-	-	-	-	-	(30)
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	-	(177.759)	-	-
Debêntures (a)	-	-	(656.542)	-	-	(256.182)
Fornecedores, outras contas a pagar e obrigações com o poder concedente	-	-	(40.251)	-	-	(34.784)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(62.770)	-	-	(19.006)
Contas a pagar com operações de derivativos	-	-	-	(15.492)	-	-
	<u>110.847</u>	<u>36.138</u>	<u>(759.563)</u>	<u>(93.140)</u>	<u>34.189</u>	<u>(310.002)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.
- **Contas a receber, e contas a receber - partes relacionadas, fornecedores, outras contas a pagar e obrigações com o poder concedente** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Contas a receber e a pagar com derivativos:** Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado** - A Companhia capturou empréstimo em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratado *swaps* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que mensuração desses empréstimos pelo valor justo (*fair value option*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo enquanto a dívida seria pelo custo amortizado.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** – Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2017		2016	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	660.671	676.595	258.030	257.719

(a) Valores brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2017	2016
Aplicações financeiras	110.847	98.196
Derivativos	-	(13.577)
Empréstimos em moeda estrangeira	-	(177.759)

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* visando mitigar totalmente o risco cambial dos fluxos de caixa de seus empréstimos em moeda estrangeira.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nocional) (1)				Valor Justo		Valores Brutos Liquidados		Efeito Acumulado				Resultado	
				Moeda Estrangeira		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Valores a receber/ (recebidos)		Valores a pagar/(pagos)		Efeito acumulado Ganho/(Perda)	
				2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<i>Swap</i>																	
Posição ativa	MerrylLinch	15/09/2015	15/03/2018 (2) USD + Libor 3M + 1,50% a.a.	-	53.999	-	175.988	-	178.818	-	(21.988)	-	1.915	-	(15.492)	-	(45.582)
Posição passiva			105,50% do CDI	-	-	-	-	-	(192.395)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS NO EXERCÍCIO FINDO EM 2017 E 2016								-	(13.577)	(25.687)	(21.988)	-	1.915	-	(15.492)	(12.110)	(45.582)
TOTAL DAS OPERAÇÕES								-	(13.577)	(25.687)	(21.988)	-	1.915	-	(15.492)	(12.110)	(45.582)

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

(2) O contrato possuía vencimentos trimestrais intermediários nos meses de dezembro, março, junho e setembro de cada ano, e o mesmo foi liquidado antecipadamente em 13 de dezembro de 2017.

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Riscos cambiais	<u>(12.110)</u>	<u>(45.582)</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2018 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (5)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures - 4ª Emissão	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	161.444	(14.221)	(15.480)	(16.738)
Debêntures - 5ª Emissão	Aumento do IPC-A	Novembro de 2021	103.850	(9.543)	(10.355)	(11.167)
Debêntures - 6ª Emissão - 1ª Série	Aumento do CDI	Novembro de 2020	222.877	(16.188)	(20.244)	(24.303)
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	Aumento do IPC-A	Novembro de 2021	172.500	(13.074)	(14.403)	(15.732)
Aplicação financeira (MenkarII)	Diminuição do CDI (4)		110.799	7.581	9.475	11.370
Efeito líquido				(45.445)	(51.007)	(56.570)
As taxas de juros considerada foram (1):						
	CDI (2)			6,89%	8,61%	10,34%
	IPC-A (3)			2,95%	3,69%	4,43%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 29/12/2017, divulgada pela B3/CETIP;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Saldo líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira; e

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2017, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Compromisso de investimento	858.976	1.062.926

22. Demonstração do fluxo de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores partes relacionadas	(43.452)	1.807
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(43.452)</u>	<u>1.807</u>
Aquisição de ativo intangível	43.452	(1.807)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>43.452</u>	<u>(1.807)</u>

- b. A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Empréstimos e Financiamento</u>	<u>Debêntures</u>	<u>Dividendos a pagar</u>	<u>Operações com derivados</u>	<u>Capital social</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(177.789)	(256.182)	-	(13.577)	(174.093)	(621.641)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento						
Captações (líquidas dos custos de transação)	-	(387.131)	-	-	-	(387.131)
Pagamentos de principal e juros	183.137	14.854	-	-	-	197.991
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	25.687	-	25.687
Dividendos pagos	-	-	210.915	-	-	210.915
Integralização de capital	-	-	-	-	(16.069)	(16.069)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	183.137	(372.277)	210.915	25.687	(16.069)	31.393
Outras variações						
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(5.937)	(28.083)	-	-	-	(34.020)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	589	-	-	(12.110)	-	(11.521)
Outras variações que não afetam caixa	-	-	(210.915)	-	(10.046)	(220.961)
Total das outras variações	(5.348)	(28.083)	(210.915)	(12.110)	(10.046)	(266.502)
Saldo Final	-	(656.542)	-	-	(200.208)	(856.750)

RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(COMPANHIA ABERTA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

José Braz Cioffi
João Francisco Bittencourt
Guilherme Motta Gomes
João Daniel Marques da Silva

Presidente
Vice-presidente
Conselheiro
Conselheiro

Composição da Diretoria

José Alberto Moraes Rego de Souza Moita
Cláudio José Machado Soares

Diretor Presidente e Relações com Investidores
Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3 S/PR

Concessionária de Rodovias Integradas S.A.
Rua Afonso Pena, 87 – Vila Estrela
84040 170 – Ponta Grossa – PR
tel: 55 (42) 3220 2900 – fax: 55 (42) 3222 4484
www.grupoccr.com.br/rodonorte



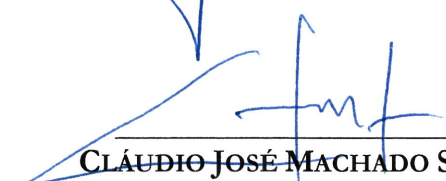
- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Ponta Grossa/PR, 20 de fevereiro de 2018.



JOSÉ ALBERTO MORAES REGO DE SOUZA MOITA
DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES



CLÁUDIO JOSÉ MACHADO SOARES
DIRETOR OPERACIONAL